

ATA Nº 57/2021 – Da Comissão de Normas e Documentos do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capivari de Baixo – SC.

1 Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às onze horas, reuniu-se na sala de
2 reuniões da Secretaria de Assistência Social, localizada na Avenida Ernani Cotrin, 167; a
3 Comissão de Normas e Documentos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
4 Adolescente (CMDCA), sob a condução da conselheira e relatora: Dafna Correa Rodrigues
5 (representante titular da AJL). Estando presentes os demais conselheiros integrantes dessa
6 comissão: Alessandra Vieira Francioni Silva (representante titular da Secretaria de Assistência
7 social), Mário Sergio Rodrigues (representante titular do Grupo Escoteiro Carijós), Selma
8 Machado Costa (representante suplente da Secretaria de Educação), Simone Fernandes Floriano
9 (representante titular da Secretaria de saúde) e Rosa Machado Silveira (representante titular do
10 CEACA). Dafna informa a todos que já olhou os documentos que a entidade: No rumo do esporte
11 encaminhou e diz que com base neles a grande questão é que o CNPJ é de São Joaquim, não
12 apresentaram alvarás sanitário e de funcionamento e a entidade é recente: tem menos de um ano
13 que foi constituída. Dafna questiona se mais alguém tem alguma observação e diz que não fica
14 claro qual é o mínimo de tempo que a entidade deve estar constituída para participar do CMDCA,
15 porém para o FIA é no mínimo dois anos. Dafna diz que recorda da explicação do ex-conselheiro:
16 Vitor César Paris, que uma coisa é a inscrição para o CMDCA, e outra é inscrição de projetos para
17 pleitear verbas do FIA. Dafna diz que esteve em conversa com Sabrina antes da reunião, que expôs
18 essa dificuldade de registros, e diz que a sugestão é ter categorias, sendo obrigatório ter no estatuto
19 da entidade o seguimento atendimento à criança e adolescente. Dafna diz que a principal questão
20 dessa entidade é que ela não tem sede no município. Rosa diz que a mesma coisa para as entidades
21 da Assistência social, pois caso não tenha a entidade no município seria somente um ponto para
22 arrecadar dinheiro. Dafna diz que a entidade apresentou o requerimento, o plano de trabalho está
23 ok, balanço, estatuto, ata da diretoria, relatório de atividades porém fica somente a pendência de
24 não ter sede em Capivari, sendo que não foram apresentados: o alvará sanitário e o atestado de
25 funcionamento. Dafna observa que a parte de gestão está organizada, porém entre o planejamento
26 e as atividades fim leva um tempo e sugere que o parecer dessa comissão é que a inscrição seja
27 negada, com a justificativa de que a entidade ainda não possui sede ou filial em Capivari. Selma
28 diz que sede. Rosa concorda e diz que se for filial podem alugar qualquer sala e dizer que é da
29 entidade. Mário questiona qual o plano de ação da entidade. Dafna lê: O Projeto no Rumo do
30 Esporte tem por finalidade a democratização do esporte em sua modalidade, como meio de
31 expressão cultural e disseminador da inclusão social. Além da promoção à saúde, prevenção à
32 marginalidade e a violência de crianças e adolescentes. Nesse sentido, busca apoio para a
33 manutenção das suas atividades, espera-se gerar um ambiente propício à difusão de valores, éticos
34 e morais, além do exercício da responsabilidade social. Rosa questiona se há execução no plano
35 de ação. Dafna diz que apresentam somente ações planejadas nada executadas, apresentam balanço
36 patrimonial de R\$ 0,00. Rosa diz que primeiramente a entidade deve executar em São Joaquim e
37 depois que mostrar o serviço montar a sede no município. Selma diz que para negar basta dizer
38 que não tem a sede no município. Dafna explica que em resumo a entidade é uma escolinha para
39 preparar alunos para o futebol. Dafna diz que a entidade encaminhou o cadastro de atletas que
40 estão atendendo em São Joaquim e diz que no plano de ação apresentaram: realização de cursos,
41 realização de contatos com empresas, visitas, lives e arrecadação e distribuição de cestas básicas.
42 Dafna diz que a entidade tem como objetivo: promover por meio da prática esportiva a integração
43 social, a promoção da saúde e prevenção à marginalidade e violência. Como público alvo: crianças
44 de 6 a 16 anos de idade. Além de atingir a sociedade como um todo, através da promoção de
45 eventos esportivos, sociais e culturais. A expectativa é atingir 70 crianças durante o período de
46 atividades, sendo realizados treinamentos. Dafna relata que a entidade apresenta atividades para o
47 ano. Rosa questiona do que essa entidade se mantém. Dafna diz que é de doações, arrecadações
48 de empresas e pessoas físicas, conforme disposto na demonstração de resultado, tanto que nesse
49 momento o balanço patrimonial é zero. Selma observa que é uma associação nova. Dafna relembra

50 que há o acesso ao CMDCA e há o acesso ao FIA, são duas questões diferentes. Dafna diz que em
51 sua opinião os conselheiros deveriam pensar em categorias de entidades e diz que acha interessante
52 a instituição participar do CMDCA, até mesmo das reuniões, se capacitar, porém relata que deve
53 estar claro que há um processo, há um caminho até conseguirem o dinheiro do FIA. Mário
54 questiona quando farão essa mudança para categorias. Dafna explica que é uma sugestão que
55 podem verificar com a assessoria e reforça que o parecer final desta comissão é negando a
56 inscrição, principalmente pela entidade não tem sede em Capivari. Conselheiros concordam por
57 unanimidade. Sendo finalizada a discussão sobre esse assunto, Dafna sugere que os membros da
58 comissão de normas e documentos do CMDCA permaneçam na sala, pois a confecção de nova
59 proposta de orçamento também é pertinente à pauta desta comissão e informa que estiveram
60 discutindo antes da reunião para construir novo escopo para a assessoria sobre o FIA e CMDCA.
61 Rosa explica que sua briga é enquanto entidade, pois o CMDCA encaminha a autorização à
62 prefeitura do repasse das verbas do FIA, porém o CEACA levou dois anos para receber o recurso
63 e o Parque também demorou a receber. Dafna concorda que há atraso, pois desde dezembro tem
64 recurso em conta e receberam somente agora, sendo que o projeto poderia ter iniciado em
65 fevereiro, porém iniciou somente em maio, pois tem que passar na câmara para aprovação do
66 orçamento, ficando o dinheiro preso enquanto está em votação na câmara de vereadores. Rosa diz
67 que participou junto a outros conselheiros de capacitação com o TCE, onde foi informado que não
68 precisa passar pela câmara, pois não é dinheiro da prefeitura, é público, basta Resolução do
69 CMDCA. Dafna diz que entende que o FIA entra na contabilidade da prefeitura, e quanto mais
70 tempo o recurso do FIA fica na conta, mais fica na folha de pagamento. Rosa diz que o fundo tem
71 que ter uma contabilidade a parte, e que dá trabalho para os contadores. Rosa diz que a sua
72 solicitação de contratar a Mariana é porque ela já teve experiência em outros municípios e tem
73 essa resposta na ponta da língua e não sabe se os demais assessores teriam. Dafna explica que o
74 que querem nesse momento é um trabalho documental. Rosa diz que os conselheiros devem ser
75 capacitados, pois se os mais antigos, como exemplo: ela e Dafna, dão sua opinião para aprovar um
76 assunto os demais podem ir atrás sem nem ao menos ter conhecimento do que se trata e diz que é
77 importante, pois tem questões que podem responder na justiça. Rosa diz que a assessoria deve ser
78 pontual: querem o FIA na prática, deve estar claro que querem implantar procedimento sem passar
79 pela Câmara. Selma diz que a questão é que tiveram preços menores para a mesma proposta que
80 foi solicitada e diz que não há a capacidade técnica na compra direta, compra direta é pelo menor
81 preço. Dafna questiona se então os conselheiros não tem o que fazer. Rosa diz que a Mariana
82 encaminhou outra proposta com o preço menor. Selma observa que ainda assim ficou mais alta do
83 que a da EGEM, igualou ao segundo. Selma diz que o assessor da EGEM é de Jaraguá do Sul.
84 Rosa explica que a preocupação é que venha um assessor pra falar o que já sabem e explica que a
85 intenção é ser pontual: que a verba do FIA não passe pela aprovação da Câmara. Dafna diz que a
86 Marta, do setor jurídico, estava revendo a lei pra não passar na câmara. Rosa diz que a Camila, do
87 convênios, também, e observa que já estão com a cabeça mais aberta, porém deve ter alguém com
88 o conhecimento prático, e diz que com relação à Mariana, conhece o trabalho dela, e diz que já
89 esteve presente em várias capacitações que a assessora deu. Alessandra diz que a questão é que
90 atualmente ela está mais cara. Dafna diz que a preocupação com a demora da contratação de
91 assessor está em saber quando as entidades poderão apresentar projetos e receber recursos, sendo
92 que estão com dinheiro em conta, porém está pendente a análise do edital. Dafna questiona se a
93 solução é fazer uma licitação. Selma diz que talvez um pregão. Rosa diz que a Mariana fez algumas
94 mudanças e baixou a proposta para R\$ 4.400,00, sendo que deixaria as aulas virtuais gravadas e
95 faria a retomada novamente após seis meses. Dafna questiona se fizessem nova solicitação de
96 proposta incluindo os itens. Selma diz que teriam que refazer a proposta, e que uma possibilidade
97 é solicitar que os encontros sejam presenciais. Conselheiros concordam por unanimidade. Mário
98 diz que tem que incluir em todos dar um retorno meses depois. Selma questiona como foram
99 buscados os fornecedores. Alessandra explica que para a última solicitação pegou os contatos dos
100 assessores com a Sabrina. Sabrina explica que foram assessores que já mandaram orçamentos em
101 outro momento para o CMDCA. Alessandra explica que nem se preocupou, pois acreditou que o

102 da Mariana seria o mais barato. Rosa diz que talvez não estivesse claro para eles o que os
103 conselheiros queriam, pois pra Mariana foi explicado direitinho o que queriam. Alessandra diz que
104 encaminhou a solicitação de proposta igual a todos. Mário diz que a comissão de normas deve ter
105 um check-list e verificar se na proposta tem ou não tem o que querem. Alessandra diz que mesmo
106 se fosse por capacidade técnica teria uma pessoa mais graduada. Selma explica que não é porque
107 a pessoa tem doutorado que ela vai ter experiência prática. Rosa concorda e diz que deve estar
108 claro que querem a implementação e o fluxo. Alessandra questiona se alguém conhece outros
109 assessores para mandarem a nova solicitação de proposta de orçamento. Dafna diz que pode
110 procurar e questiona se não teria outra forma de contratar. Selma diz que devem apresentar no
111 mínimo dois orçamentos em caso de emergência, porém é exceção, a regra é que sejam três. Dafna
112 diz que é complicado, pois tem o profissional e tem o recurso. Alessandra observa que ainda
113 tiveram orçamentos menores que foram apresentados anteriormente. Sabrina relembra que
114 também foram passados em reunião. Selma sugere que seja solicitado apresentar também um
115 atestado de capacidade técnica sobre os assuntos. Rosa concorda. Selma diz que teria que verificar
116 a legislação, pois dessa forma podem cercear a liberdade de outros apresentarem propostas. Dafna
117 diz que às vezes a pessoa não executa o que orça e diz que concorda com a proposta do vereador
118 Felipinho de capacitar os fornecedores do município e diz que deveria ser mais regionalizado.
119 Selma diz que em outros municípios existe decreto de prefeitura definindo que darão preferência
120 às empresas da região, como Tubarão. Rosa diz que tem que estar bem especificado. Selma diz
121 que a prefeitura de Capivari não tem também profissionais capacitados para fiscalizar. Selma
122 sugere que verifiquem as anotações para formular a proposta e reforça que não podem direcionar.
123 Mário sugere que seja presencial e que retornem depois, lancem a proposta de orçamento, e caso
124 não passar novamente retornará para a análise dos conselheiros. Simone sugere um check-list final
125 para contratar. Dafna questiona se reabrem solicitando que seja tudo presencial e revisão da
126 proposta após seis meses. Selma concorda, porém observa que o preço para presencial
127 provavelmente aumentará muito, pois terão gastos com deslocamento. Rosa sugere que sejam dois
128 encontros de 8h, sendo um com a secretaria para levantamento das documentações e outro com o
129 conselho para discussões. Selma diz que levando em consideração a proposta apresentada para a
130 forma on-line seriam 16h de curso. Alessandra sugere que sejam realizados 4 encontros de 4 horas,
131 podendo ser uma vez na semana. Rosa diz que devem rever o regimento interno, pois tem questões
132 que não deveriam estar ali. Sabrina observa que as sugestões de alteração do regimento interno
133 podem ser feitas pela Comissão de normas para serem levadas para votação em plenária. Dafna
134 diz que por uma falha na contratação de assessoria estão em cima de documentos que já deveriam
135 estar prontos e diz que faz uma comparação: o assessor é o arquiteto, que deve deixar pronto para
136 após a pessoa, os conselheiros só utilizar. Dafna diz que o que irão fazer é refazer a proposta para
137 mandar e diz que pode ir atrás de fornecedores. Dafna diz que querem uma capacitação sobre
138 captação e direcionamento de recurso, fluxo de aprovação e implantação de projetos sem passar
139 pela Câmara de vereadores pra aprovação de entidades e projetos, legislação para contratos e
140 fomentos, entre poder público e privado, a aplicação de leis e decretos dentro do CMDCA, e
141 revisão após seis meses para acompanhar a aplicação. Conselheiros concordam por unanimidade.
142 Alessandra diz que ficará com as anotações e se coloca à disposição para formular a redação e diz
143 que encaminhará por Whatsapp para os conselheiros construírem em conjunto. E, nada mais
144 havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião às 12h. E, para constar eu: Sabrina Medeiros da Silva,
145 na condição de assistente administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e
146 aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.